ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

XII Legislatura – 2ª Sessão

GT – Currículos dos Ensinos Básico e Secundário

Relatório da Audição

Currículos das Vias Profissionalizantes

(29 de janeiro 2014)

ÍNDICE

I - Assunto 3

II - Entidades 3

III - Inscrições 3

IV - Exposição 3

i – Questões de organização dos modelos de formação 4

ii – Questões de âmbito pedagógico 5

iii – Questões curriculares 5

iv – Questões inerentes à administração central 6

I - Assunto

A Audição Currículos das Vias Profissionalizantes foi promovida pelo Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário, constituído pelos seguintes deputados: Maria José Castelo Branco (Coordenadora), Isidro Araújo (PSD), Agostinho Santa (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS – PP), Rita Rato (PCP) e Luís Fazenda (BE).

II - Entidades

O Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, Deputado Abel Baptista, divulgou e convidou, por via eletrónica, toda a comunidade, direta ou indiretamente ligada ao ensino profissional, a participar na Audição.

III - Inscrições

A Audição teve lugar no auditório do Novo Edifício da Assembleia da República, no dia 29 de janeiro entre as 9h30 e as 13h00, tendo registado 86 participantes.

IV - Exposição

O Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura abriu a sessão, saudando os presentes e deu início à audição dos mesmos. Tendo-se ausentado posteriormente, por obrigações de agenda, os trabalhos foram conduzidos a partir desse momento pela Coordenadora do Grupo de Trabalho, Maria José Castelo Branco, acompanhada pelos restantes membros.

Inscreveram-se para participar no debate 23 pessoas.

Nas intervenções/reflexões feitas foram levantadas questões que, por razões metodológicas separamos em quatro itens diferentes, dada a natureza das matérias tratadas. Sabemos contudo que há uma certa permeabilidade e muitas vezes sobreposição, entre várias destas áreas que aqui se apresentam. Fazemo-lo contudo para melhorar a leitura do relatório e salientar a relevância dos temas objeto de reflexão.

i – Questões de organização dos modelos de formação

- Necessidade de distinção entre os públicos alvo das modalidades de ensino profissionalizante;
- Necessidade de equacionar a oferta a nível intermunicipal com equipamentos existentes;
- Adequação dos modelos de formação profissionalizante às necessidades de desenvolvimento social e regional;
- Desenvolvimento da economia social;
- Dificuldade no recrutamento de especialistas em Tecnologias de Informação;
- Inexistência de um tronco comum de ensino profissional ligado à área de gestão;
- Urgência na homologação dos programas de algumas disciplinas dos cursos do ensino profissional;
- Necessidade de maior articulação entre a tutela e os agentes educativos locais;
- Necessidade de maior ligação das entidades de ensino/formação com as entidades empresariais;
- Desarticulação entre a oferta, procura de cursos e falta de autonomia das escolas para abertura de cursos;
- Necessidade de planeamento estratégico a médio e longo prazo e ligação ao tecido social;

- Definição clara dos objetivos do ensino profissional, uma vez que este visa simultaneamente o cumprimento da escolaridade obrigatória e um conjunto de competências profissionais;
- Definição da rede de oferta formativa em função da realidade objetiva da necessidade/procura da região;
- Orientação do ensino profissional não só para o setor privado, mas também para o setor público;
- Racionalização, das oito modalidades de formação na área profissional, às necessidades regionais.

ii – Questões de âmbito pedagógico

- Necessidade de colocar a estratégia na inovação;
- Formação em primeiro lugar para a cidadania e depois para o emprego;
- Seleção de quadros de excelência, capazes de credibilizar as vias profissionalizantes, do sistema educativo português, tanto na escola pública como nas privadas
- Resposta à inclusão efetiva dos alunos com necessidades educativas especiais.

iii – Questões curriculares

- Exigência muito elevada nos cursos profissionais;
- Reforço da carga horária nas componentes de formação específicas;
- Necessidade de definição clara das componentes gerais e específicas dos cursos e de clarificação concetual a nível das competências;
- Promoção de uma formação centrada na empregabilidade;
- Entendimento de que os alunos do 2º ciclo têm pouca maturidade para estágio;

- Comparação com outros países, em que o ensino profissional funciona com um conceito de oficina, com um sistema mais flexível, que permite um acolhimento mais ágil dos alunos;
- Necessidade de reflexão sobre os currículos existentes, e aprovação de programas ainda em experimentação;
- Pouca autonomia do sistema em termos de gestão dos currículos;
- Necessidade de diferenciação das disciplinas de Português e Inglês, com termos mais técnicos adaptados aos respetivos cursos.

iv – Questões inerentes à administração central

- Discriminação dos alunos do ensino profissional no acesso ao ensino superior, relativamente ao ensino regular;
- Redução do número de alunos por turma;
- Ausência de certificação do ensino profissional a nível europeu;
- Necessidade de alteração do regime de faltas;
- Tardia definição da rede e respetiva aprovação dos cursos profissionais, a funcionar em cada escola candidata;
- Necessidade de ser implantada uma avaliação séria dos cursos profissionais;
- Excesso de legislação, sem consulta dos operadores no terreno, muitas vezes passível de gerar interpretações divergentes e tardias;
- Dificuldades de articulação entre o Ministério da Educação e Ciência e o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social;
- Necessidade de maior autonomia das escolas a nível dos currículos profissionalizantes;
- Imposição de um paradigma de estabilidade e rigor no sistema;
- Reflexão sobre os modelos de financiamento do ensino profissional;
- Ligação entre a formação de professores, formação em contexto de trabalho e avaliação dos cursos;
- Necessidade de comunicabilidade entre o ensino regular e o profissional;

- Criação de um currículo nacional base para o ensino secundário, a nível profissional ou dos cursos científico humanísticos, do ensino regular;
- Discussão acerca do facto do Ministério da Educação e Ciência ser detentor do monopólio da educação obrigatória;
- Necessidade de diversificar soluções, contando com a possibilidade de estágios profissionais no espaço europeu.

Depois das intervenções dos participantes inscritos, foi dada a palavra a cada um dos deputados do Grupo de Trabalho para que, de forma sintética, dessem conta das posições dos respetivos grupos parlamentares acerca da matéria.

Informação mais detalhada sobre a Conferência, incluindo as gravações vídeo e áudio da mesma, bem como os contributos remetidos pelas entidades (13), poderá ser consultada na página da Comissão.

Assembleia da República, 29 de janeiro de 2014
Maria José Castelo Branco, Isidro Araújo, Agostinho Santa, Inês Teotónio Pereira, Rita Rato e Luís Fazenda.